

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Sara da Silva Oliveira

**A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR DE AGRICULTURA FAMILIAR COMO UM PRODUTOR DO
AGRONEGÓCIO.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Sara da Silva Oliveira**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202173136A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR DE AGRICULTURA FAMILIAR COMO UM PRODUTOR DO AGRONEGÓCIO**, desenvolvido durante o período de abril de 2023 a julho de 2023 sob a orientação de DMITRI CERBONCINI FERNANDES, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Sara da Silva Oliveira

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR DE AGRICULTURA FAMILIAR COMO UM PRODUTOR DO AGRONEGÓCIO

Sara da Silva Oliveira¹

RESUMO

A modernização agrícola no Brasil gerou um dilema para os agricultores familiares, forçados a adaptar-se a um modelo dominado pelo agronegócio. Apesar dessa adaptação, existe um marcante desajuste entre sua condição ideológica e realidade material. Essa pesquisa conclui que, ao alinharem-se ao agronegócio e atribuírem questões como a falta de mão de obra a elementos de moralidade, esses agricultores prejudicam a si próprios, evitando demandar apoio governamental efetivo. A análise ressalta a necessidade de políticas agrícolas mais inclusivas e sustentáveis, que atendam às necessidades reais desses produtores.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Agricultura Familiar, Modernização do Campo, Desajuste Ideológico Material, Políticas Agrícolas, Moralidade.

1. INTRODUÇÃO

A expressão "ideias fora do lugar" é utilizada pelo crítico literário brasileiro Roberto Schwarz em seu ensaio "As ideias fora do lugar" para descrever a dissonância histórica entre as ideias importadas pelo Brasil e a realidade material do país. Segundo Schwarz (2012), o Brasil possui um histórico de incorporação de ideias estrangeiras, especialmente europeias, sem considerar suas particularidades e contextos locais, resultando em um desencaixe entre essas ideias e a realidade brasileira.

No contexto da independência brasileira, por exemplo, Schwarz argumenta que o país se inspirou em ideias francesas, inglesas e americanas de caráter liberal para proclamar sua independência. Essas ideias se tornaram parte da identidade nacional, mas também entraram em conflito com a instituição da escravidão e seus defensores. A tentativa de conciliar essas ideias liberais com a escravidão, uma realidade econômica e social arraigada no Brasil, demonstra o desencontro entre as ideias importadas e a realidade material do país.

Essa noção de "ideias fora do lugar" também pode ser empregada em outros contextos, como a apropriação e uso dos conceitos de agronegócio e agricultura familiar no Brasil. Muitas vezes, esses conceitos são importados de modelos estrangeiros, como o agribusiness norte-americano, sem levar em consideração as particularidades e desafios enfrentados pelos produtores rurais brasileiros de pequena escala. Essas noções podem não corresponder à realidade vivenciada por esses produtores, causando impactos significativos em suas práticas e relações no campo.

Dessa forma, as "ideias fora do lugar" apontam para a necessidade de uma reflexão crítica sobre as ideias importadas e sua adequação à realidade brasileira. Essa reflexão implica considerar as especificidades históricas, sociais, culturais e econômicas do país ao incorporar e adaptar conceitos e modelos estrangeiros. A análise das "ideias fora do lugar" busca compreender as consequências dessa dissonância entre as ideias importadas e a realidade material.

De acordo com Sauer (2008), nos anos 1990, durante a Revolução Verde, que buscava modernizar o campo brasileiro, popularizou-se o termo agronegócio, uma tradução do termo inglês agribusiness. Quando chegou ao Brasil, trouxe consigo a carga norte-americana de "um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra" (Sauer, 2008, p.14). O agronegócio foi incorporado ao campo brasileiro com o objetivo de se diferenciar das noções de latifúndios e pequenas propriedades, que eram consideradas atrasadas, ineficientes e incapazes de acompanhar as inovações tecnológicas.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes.

De acordo com SAUER, (2008), em resposta a essa modernização excludente, que se baseou em políticas públicas de imposições ideológicas e simbólicas sobre a maioria da sociedade rural, ocorreu em 1995 a consolidação do conceito de agricultura familiar no seio do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o objetivo de romper com as noções impostas pelo agronegócio de agricultura ineficiente, de baixa produtividade e de produção para subsistência. A agricultura familiar passou a ser tudo o que não fosse produção de plantation em latifúndios ou super tecnológica, com maquinário e insumos agrícolas, ou seja, o chamado agronegócio.

Neste cenário, surgiu o nosso interesse em compreender a identidade do produtor rural de Lima Duarte, em Minas Gerais. Esse interesse foi despertado durante as eleições presidenciais de 2022, período no qual eu exercia a função de recepcionista do Sindicato dos Produtores Rurais de Lima Duarte. Frequentemente, os produtores justificavam seus votos no candidato Jair Bolsonaro por ele ser defensor do agronegócio, sistema ao qual eles se diziam pertencentes. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é abordar a possível desconexão entre as ideias e a realidade do produtor rural de Lima Duarte.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2023 Histórico de Lima Duarte, MG), Lima Duarte tem suas raízes em um pequeno núcleo colonial situado às margens das estradas que conduziam às minas. Seu primeiro nome, Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe, foi uma homenagem à padroeira da capela inicialmente erguida pelos colonos e ao rio que percorre a cidade. Entretanto, a transformação mais significativa na história da cidade ocorreu em 1781, quando rumores apontavam que o rio do Peixe abrigava depósitos de ouro. Mesmo com a proibição inicial do governo, a veracidade da descoberta foi confirmada e a exploração foi permitida, culminando no crescimento do arraial.

Contudo, com o passar do tempo e o esgotamento das jazidas de ouro, a cidade mudou seu foco da mineração para a agricultura. Este movimento foi comum em muitas cidades mineiras que encontraram na agricultura uma forma de garantir o sustento local. Desde então, Lima Duarte se mantém como uma cidade essencialmente agrícola. Em 2020, a agropecuária foi responsável por expressivos 45.517,38 milhões de reais do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade, cerca de 16,8%, segundo o IBGE, ressaltando a crucial importância do setor para a economia local.

Lima Duarte foi escolhida para este estudo devido a sua relevância econômica e histórica na agricultura, bem como por seu caráter pessoal para mim, como uma cidadã criada nesta cidade. A interessante história da cidade, a transição do foco em mineração para a agricultura e o significativo papel da agropecuária na economia local são elementos que contribuíram para a seleção de Lima Duarte como objeto deste estudo.

Tratando-se desse tema específico, a dinâmica do campo da agricultura em Lima Duarte, a abordagem teórica de Pierre Bourdieu pode fornecer uma perspectiva valiosa.

Na teoria de Bourdieu (2006), o campo é um conceito fundamental que se refere a um espaço social específico onde ocorrem relações de poder, competição e interação entre diferentes atores ou instituições. O campo pode ser entendido como um sistema dinâmico e autônomo, com suas próprias regras, lógicas e hierarquias internas. Cada campo possui suas características particulares, como o campo da agricultura. Dentro de um campo, existem diferentes polos de competição. Os polos representam grupos ou atores sociais que ocupam posições distintas de poder e status dentro do campo. Esses polos estão envolvidos em uma luta constante pelo acesso a recursos, reconhecimento e influência no campo. Por exemplo, no campo agrícola, os polos podem ser representados pelos produtores de agronegócio e os produtores de agricultura familiar.

Bourdieu (2019) desenvolveu o conceito de capital para explicar as diferentes formas de recursos que os atores possuem e utilizam em suas interações dentro do campo. O capital pode ser entendido como um recurso que confere poder e vantagens aos atores sociais. Bourdieu identificou diferentes tipos de capital: Capital econômico: Refere-se aos recursos materiais e financeiros que os atores possuem, como propriedades, dinheiro, máquinas, equipamentos etc. No contexto agrícola, isso pode se manifestar em terras, maquinários, insumos agrícolas, entre outros. Capital social: Refere-se às redes de relações sociais que os atores possuem e mobilizam em suas interações no campo. O capital social pode ser representado por laços de amizade, alianças, conexões e pertencimento a grupos ou organizações. No campo agrícola, isso pode se traduzir em associações, sindicatos, grupos de produtores, entre outros. Capital cultural: Refere-se ao conhecimento, habilidades, qualificações e competências adquiridas pelos atores ao longo de suas vidas. O capital cultural pode incluir educação formal, experiência prática, domínio de técnicas específicas, entre outros. No contexto agrícola, isso pode ser representado por conhecimento agrícola,

técnicas de manejo, capacidade de inovação, entre outros. Capital simbólico: Refere-se ao reconhecimento, prestígio e status social que os atores conquistam dentro do campo. O capital simbólico está relacionado à reputação, honra e valorização simbólica que são atribuídos aos atores. No campo agrícola, isso pode se manifestar em prêmios, reconhecimento de qualidade dos produtos, reputação de eficiência, entre outros.

Nesse caso, os atores principais são os produtores rurais - que podem ser divididos em dois polos: os produtores de agronegócio e os de agricultura familiar. Ambos competem pelo capital - não apenas econômico, mas também social, cultural e simbólico. No contexto brasileiro, o agronegócio é frequentemente visto como mais eficiente, moderno e economicamente viável, o que lhe dá uma posição dominante no campo. A agricultura familiar, por outro lado, é muitas vezes vista como atrasada e menos eficiente, colocando-a no polo dominado.

Ao aplicar a teoria do campo de Bourdieu ao estudo de Lima Duarte, será possível investigar como essas dinâmicas de poder e legitimação afetam a identidade e as práticas dos produtores rurais. Como eles percebem e se posicionam nesse campo? Eles se identificam mais com o agronegócio ou com a agricultura familiar? Como a "ideia fora do lugar" - a importação de conceitos de agronegócio estrangeiros que não se alinham à realidade material dos produtores rurais - afeta sua identidade e suas práticas?

Sendo assim, o foco central deste trabalho é investigar a relação entre as "ideias fora do lugar" e a realidade do produtor rural de Lima Duarte, em Minas Gerais, no contexto do agronegócio brasileiro. O objetivo principal é compreender como essas "ideias fora do lugar" - a importação de conceitos e modelos estrangeiros que não se alinham à realidade material dos produtores rurais - afetam a identidade e as práticas desses produtores.

Mais especificamente, o estudo busca analisar como os produtores rurais de Lima Duarte se posicionam e se identificam dentro de um campo bourdieusiano, no caso, o agrícola, em relação ao agronegócio e à agricultura familiar. Além disso, pretende-se investigar de que forma as dinâmicas de poder e legitimação influenciam a percepção dos produtores sobre seu próprio trabalho e suas estratégias no setor agrícola.

Partindo da hipótese de que essas "ideias fora do lugar" possuem como origem uma influência midiática, isto é, a sociedade em geral, incluindo os produtores rurais, muitas vezes é exposta a uma imagem idealizada e valorizada do agronegócio por meio da mídia. Esse discurso frequentemente associa o agronegócio a uma imagem de modernidade, eficiência e sucesso econômico, enquanto a agricultura familiar é retratada como atrasada ou menos produtiva. Essa narrativa pode influenciar a percepção e a identificação dos produtores rurais com o agronegócio, mesmo que suas práticas e realidades sejam diferentes. Além disso, há também expectativas sociais e políticas: a política agrícola e as políticas públicas muitas vezes privilegiam o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Isso pode criar expectativas sociais de que o agronegócio seja o modelo preferencial de produção e desenvolvimento rural. Os produtores rurais de agricultura familiar podem sentir a pressão para se identificar com o agronegócio visando se adequarem às expectativas sociais e políticas dominantes.

Para alcançar os objetivos deste trabalho e iluminar as relações de poder, competição e interação no campo agrícola, adotamos a teoria do campo de Bourdieu como referencial teórico. Analisamos como as dinâmicas entre os polos do agronegócio e da agricultura familiar impactam a identidade e as práticas dos produtores rurais, com foco especial na experiência dos agricultores familiares em Lima Duarte.

Nossa metodologia inclui uma pesquisa de campo com aplicação de entrevistas qualitativas e semiestruturadas, observações e análise de documentos. Assim, iniciaremos nossa análise com uma breve descrição dos quatro agricultores familiares que participaram de nossa pesquisa.

O primeiro participante é um agricultor veterano que tem cultivado a mesma terra por mais de três décadas, herdada do pai. Seu vasto conhecimento prático e histórico das práticas agrícolas locais proporciona uma visão de longo prazo indispensável à nossa pesquisa.

O segundo entrevistado é um jovem agricultor, formado em agronomia, que assumiu a gestão da fazenda familiar. Ele representa a nova geração de agricultores que está equilibrando as tradições agrícolas com a moderna tecnologia agrícola.

A escolha desses dois participantes foi estratégica, visando abranger uma diversidade de experiências, perspectivas e posições dentro do campo agrícola. Acreditamos que esta variedade de perspectivas irá aprofundar nossa compreensão das complexidades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

Para completar a nossa análise, também utilizamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados nos ajudam a entender a estrutura econômica e social do campo agrícola em Lima Duarte, proporcionando um contexto mais amplo para as experiências individuais dos nossos entrevistados.

Portanto, a hipótese central deste trabalho é de que a importação de "ideias fora do lugar" no contexto do agronegócio brasileiro afeta a identidade e as práticas dos produtores rurais de Lima Duarte.

Com base nos resultados obtidos, espera-se contribuir para uma melhor compreensão do debate sobre a posição dos produtores rurais de agricultura familiar no agronegócio brasileiro.

2. DESENVOLVIMENTO

Segundo Heredia, B., Palmeira, M., & Leite, S. P. (2010) a transformação do campo brasileiro teve seu início nos primórdios da era industrial, mas foi durante o século XX que ela realmente se acelerou. Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil começou a introduzir novas tecnologias e métodos de produção em suas práticas agrícolas, marcando os primeiros passos na modernização do campo. A introdução de engenhos a vapor e usinas de açúcar no Nordeste, e o uso sistemático de máquinas para o cultivo de arroz e trigo no Sul do país nos anos 1950, foram etapas iniciais críticas nesta transformação.

No entanto, foi na década de 1970 que a modernização realmente se consolidou, impulsionada pela política de "modernização da agricultura", nomeada Revolução Verde, promovida pelo regime militar. O objetivo era estabelecer uma "agricultura moderna" ou "capitalista", diferenciada das antigas práticas de latifúndio e produção de subsistência, consideradas ineficientes e ultrapassadas.

Seguindo a visão de Heredia, B., Palmeira, M., & Leite, S. P. (2010) essa transformação não foi homogênea. Duas visões de desenvolvimento agrícola surgiram: o agronegócio, com uma perspectiva industrializada e orientada para a exportação, e a agricultura familiar, com uma abordagem mais sustentável e enraizada na tradição. Ambas foram fruto da luta por identidade e legitimidade no campo brasileiro.

Na década de 1980, a linguagem em torno da agricultura começou a mudar. O termo "agroindústria" substituiu "agricultura moderna", enfatizando a integração entre agricultura e indústria. A figura dos Complexos Agroindustriais (CAIs) tornou-se proeminente, simbolizando a crescente industrialização da agricultura.

Heredia, B., Palmeira, M., & Leite, S. P. (2010) afirmam que a partir da década de 1990 surge o termo "agronegócio", diretamente influenciado pelo contexto agropecuário norte-americano agribusiness, como uma extensão desta visão. Neste modelo, a parte "agrícola" da equação foi minimizada, enquanto a parte "industrial" ganhou destaque. A ideia era ver a agricultura como um componente de um conjunto maior de atividades controladas por um grupo empresarial, o que contribuiu para a adoção generalizada do termo.

Esse novo conceito, além de abarcar os produtores rurais, traz consigo a indústria e o comércio de insumos, como fertilizantes e maquinário, e a comercialização da produção, desde a aquisição até a venda final aos consumidores. O agronegócio, portanto, torna-se sinônimo de modernização, eficiência e ganhos de produção, bem como inserção competitiva no mercado globalizado.

A fronteira entre "agricultura moderna", "complexos agroindustriais" e "agronegócio" é difusa, e os termos são muitas vezes usados de maneira intercambiável. No entanto, todos eles capturam aspectos da complexa e multidimensional transformação que tem ocorrido no campo brasileiro, que inclui desde a mecanização da agricultura até a integração com os mercados globais.

Essa transição, contudo, não ocorreu em um vazio social ou político. Pelo contrário, foi impulsionada por grandes empreendimentos agropecuários, frutos da própria modernização da agropecuária brasileira. O termo agronegócio ganhou corpo e forma com a fundação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), em 1993, em evento na Câmara dos Deputados.

A Abag, herdeira de outras organizações patronais, agregou grandes empresas do setor, como a Agrocere Nutrição Animal Ltda. e a Associação de grandes cooperativas agropecuárias. Essas empresas buscavam criar uma nova imagem do setor patronal rural, até então desgastada pelas representações truculentas de certas entidades e atuação política.

Com a criação da Abag, seus fundadores almejavam modernizar a atuação política dos empresários ligados ao agribusiness, adequando-a a um contexto no qual a industrialização e a integração da agropecuária à economia globalizada se encontravam em estágio avançado. Nesse processo, a utilização do

termo "agronegócio" passou a expressar as atividades agropecuárias de alta escala que utilizam técnicas de produção intensiva, com investimentos em mecanização e química.

Essa nova abordagem na produção rural buscou se distanciar tanto da lógica do latifúndio, caracterizado por extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor, quanto da produção de subsistência, com menor escala e capital investido. Com a adoção da tecnologia, os produtores de agronegócio buscaram alcançar maiores ganhos de produção e eficiência, inserindo-se de forma mais competitiva no mercado.

Contudo, a adoção do aparato tecnológico da Revolução Verde significou muito mais do que a simples incorporação de técnicas e aquisição de ferramentas. A modernização trouxe consigo uma imposição ideológica, criando uma nova perspectiva sobre a produção agrícola. Essa nova forma de produção passou a ser vista como superior às tradicionais, tornando os produtores rurais dependentes, uma vez que não mais dominavam as técnicas e os processos produtivos.

Simultaneamente, enquanto o termo "agronegócio" se popularizou para descrever o setor rural altamente tecnificado, o conceito de "agricultura familiar" também começou a ganhar destaque. Esse conceito buscava desafiar as ideias pré-concebidas de ineficiência e baixa produtividade associadas à "pequena produção" ou "produção de subsistência".

A partir de 1995, os esforços teóricos culminaram na consolidação do conceito de agricultura familiar dentro do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Isso influenciou as discussões teóricas e agendas de negociação subsequentes. O 6º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1995, enfatizou a importância da reforma agrária para fortalecer e expandir a agricultura familiar, e o termo começou a ser definitivamente incorporado em suas formulações e agendas de lutas.

No entanto, a adoção desse conceito não foi tranquila entre os movimentos sociais e entidades agrárias, gerando alguns embates políticos e teóricos. Em resposta a isso, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) foi criado entre 1995 e 1996, com o objetivo principal de consolidar um movimento de luta pela mudança do modelo agropecuário no Brasil.

Ao longo das décadas, as dinâmicas sociopolíticas do meio rural brasileiro estabeleceram uma oposição entre os conceitos de agronegócio e agricultura familiar. A associação do termo agronegócio com um processo de modernização tecnológica excludente gerou um antagonismo político e simbólico com a agricultura familiar, considerada uma forma arcaica e pouco eficiente de produção.

Portanto, esse período histórico foi marcado por uma intensa disputa e apropriação de conceitos, transformando-os de descrições simples em definições de sujeitos e ações sociais. As nomeações ocorreram dentro de lutas sociais, tanto pelo poder de classificar quanto como resistência aos processos históricos de exploração e expropriação.

A modernização do campo brasileiro, com sua progressão da "agricultura moderna" para "complexos agroindustriais" e finalmente para "agronegócio", traz à mente o conceito de "ideias fora do lugar" de Roberto Schwarz. Este conceito refere-se à transferência de ideias de um contexto cultural, social e político para outro, frequentemente com desajustes na transposição.

No cenário agrícola brasileiro, este desajuste pode ser observado na complexa transição de práticas agrícolas tradicionais para uma abordagem de agricultura altamente mecanizada, industrializada e globalizada. Este processo não apenas transformou a paisagem rural, mas também impôs um conjunto de normas, valores e expectativas baseados em ideias e práticas importadas principalmente dos Estados Unidos e Europa.

Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e tentando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra. (HOLANDA apud SCHWARZ, 2012, p. 13)

O desajuste se torna ainda mais evidente quando observamos os produtores rurais da agricultura familiar, que, paradoxalmente, se veem como agricultores do agronegócio. Este grupo é tradicionalmente reconhecido por suas práticas sustentáveis, ancoradas em tradições locais e em um modelo de produção que aprecia a diversidade de culturas e a conservação do ecossistema local, muitas vezes consolidado em um núcleo familiar. Entretanto, quando indagados sobre como se enxergam no cenário agrário contemporâneo, surpreendentemente se autoidentificam como agricultores do agronegócio.

Interrogados sobre como eles se identificavam, como agronegócio ou agricultura familiar, eles declaram:

Para mim, tudo é agronegócio; não existe diferenciação. Desde a mandioca que o sujeito coloca no carrinho de mão e sai vendendo na rua, não há diferenciação. A única diferença ocorre quando vamos pegar um empréstimo, pois os juros são menores para nós. Porém, essas diferenciações são injustas, porque eu, que tenho um pouco mais de terra e uma produção maior, não me enquadrado no Pronaf². Mas aqui em casa, a minha família toda trabalha na roça; somos uma agricultura familiar. (Agricultor familiar 2)

Aqui estou eu hoje, sem ajudante. Quem trabalha aqui sou eu, minha filha e meu genro, mas só quando ele quer. Isso, na verdade, é muito político; não existe divisão. Eles querem parecer que o movimento rural do Brasil é feito em cima do familiar, mas, na verdade, eu não acredito nisso. Pode até ser que uma porcentagem seja, mas quem realmente produz é aquele que já mecanizou, que tem uma grande propriedade. Por exemplo, aqui na nossa região, a produção de porcos e galinhas já acabou; não existe mais essa produção por parte de pequenos produtores. Agora, isso fica apenas com os maiores, que têm condição de produzir em grande escala. E a mesma coisa está acontecendo com o leite e o gado. Está cada vez mais difícil continuar com a roça sendo um pequeno produtor, pois o poder público não tem nenhuma política que nos assegure em momentos de crise, de alta de preço de insumos e baixa margem de lucro. Eles só se preocupam que o povo está comendo churrasco. (Agricultor familiar 1)

Essa situação evidencia um dilema peculiar: enquanto mantêm práticas agrícolas ligadas à manutenção do meio ambiente e à perpetuação de tradições familiares, se sentem enquadrados no modelo de agronegócio, altamente tecnológico e focado na eficiência e produtividade, altamente competitivo. A contradição é clara - os valores e princípios que norteiam a agricultura familiar são frequentemente conflitantes com as demandas e expectativas do agronegócio, gerando um conflito de identidade e uma desconexão entre o que fazem e como se percebem no contexto da agricultura moderna.

A pressão que os produtores rurais de agricultura familiar enfrentam para se adaptar ao modelo do agronegócio pode ser compreendida à luz dessa passagem.

(...) a parcela de livre decisão e de arbítrio deixada a critério dos actantes econômicos parece reduzir-se a nada; e poder-se-ia acreditar que, por oposição a seus homólogos dos primórdios do capitalismo, eles não têm aqui outra escolha senão adaptar-se ao sistema importado. (BOURDIEU, 2021, p.27)

A decisão de adotar novas tecnologias, práticas agrícolas intensivas e um foco maior na produtividade e eficiência muitas vezes não parece ser uma escolha, mas sim uma necessidade para a sobrevivência em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo.

Nesse cenário, o espaço para decisões independentes e arbitrarias, que são fundamentais para a identidade e autonomia dos produtores familiares, parece se reduzir drasticamente. Os produtores se veem forçados a aderir a um sistema que não se originou de suas próprias experiências e tradições, mas que foi importado de contextos agrícolas de outras partes do mundo, particularmente dos Estados Unidos e da Europa.

Essa situação pode ser comparada à dos atores econômicos no início do capitalismo, que também tiveram que se adaptar a um novo sistema econômico que transformou suas práticas e modos de vida tradicionais. No entanto, a diferença crucial é que, ao contrário desses atores iniciais, os produtores

² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do governo brasileiro que foi criado em 1995 com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e fortalecer a agricultura familiar como um todo. O programa oferece uma variedade de mecanismos de apoio, incluindo acesso a crédito a juros mais baixos para os agricultores familiares, seguros agrícolas e assistência técnica. O PRONAF é uma ferramenta crucial para reduzir a pobreza rural e promover a igualdade social no campo. Os recursos do PRONAF podem ser usados para várias finalidades, incluindo a compra de equipamentos e insumos, a implementação de projetos de infraestrutura e a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas. O programa tem sido fundamental para aumentar a produtividade e a renda dos agricultores familiares, bem como para incentivar práticas agrícolas sustentáveis e resilientes ao clima. Grisa, C., & Schneider, S. (2015).

familiares de hoje parecem ter pouca escolha a não ser se adaptar ao sistema do agronegócio, não importa quão incompatível possa ser com suas tradições e valores.

A pressão para adaptar-se ao modelo do agronegócio vem de múltiplas direções. Inclusive, políticas governamentais tendem a privilegiar grandes empresas agrícolas, criando um ambiente de negócios desfavorável para os pequenos produtores. Ademais, o poderio das grandes corporações agroindustriais, que comandam desde a produção de insumos até a comercialização dos produtos, imprime uma dinâmica quase inescapável à qual os pequenos agricultores se veem compelidos a se ajustar.

As exigências do mercado global, bem como a demanda dos consumidores por produtos mais baratos, são outras forças que impulsionam essa tendência de adaptação. A competição com produtos agrícolas de países onde os custos de produção são menores intensifica essa pressão. Nesse contexto, a resistência a essas forças pode ser desafiadora, principalmente quando a sobrevivência econômica está em xeque.

Nesse cenário, os produtores rurais de agricultura familiar, muitas vezes, se encontram em um limbo. Diante de um modelo agropecuário transformador, eles se sentem, de certa forma, jogados à deriva, enfrentando um mar de incertezas e contradições. Subconscientemente, a maneira que encontraram para navegar por estas águas turbulentas foi se "integrar" ao agronegócio.

No entanto, essa "integração" é permeada por conflitos, uma vez que este modelo não representa a identidade e os valores destes produtores. Instintivamente, eles sabem que esse ajuste representa uma ruptura com suas práticas e tradições. Mas, presos entre a necessidade de sobrevivência econômica e a preservação de seus modos de vida, muitos se veem sem alternativas, além da adaptação.

Assim, uma estratégia que os pequenos produtores encontram para lidar com este cenário excludente é alinhar-se, ainda que paradoxalmente, com os grandes protagonistas do agronegócio. Ao se identificarem como parte desse modelo dominante, buscam evitar o estigma de serem percebidos como ineficientes ou ultrapassados.

Contudo, essa autoidentificação é carregada de contradições. Por um lado, ela permite que estes produtores acessem, ao menos superficialmente, os benefícios associados ao agronegócio - como o acesso a mercados, créditos e tecnologias. Por outro lado, ela mascara os conflitos e desafios inerentes a essa aliança forçada, uma vez que suas práticas e valores muitas vezes se distanciam dos preceitos do modelo agroindustrial dominante.

Essa situação exemplifica um fenômeno de "ideias fora do lugar", no qual os produtores de agricultura familiar, na busca por validação e sobrevivência em um campo dominado pelo agronegócio, adotam uma identidade que não lhes pertence plenamente, gerando uma tensão entre sua realidade e a identidade que precisam performar para serem reconhecidos no contexto moderno do agronegócio.

A desconexão entre a condição ideológica e a materialidade dos pequenos produtores é ainda mais evidente quando observamos suas percepções sobre a questão da falta de mão de obra no campo. Os produtores atribuem a escassez de trabalhadores à presença de auxílios governamentais, alegando que tais benefícios desestimulam o trabalho.

Indagados sobre qual a maior dificuldade no campo, eles respondem:

A minha maior dificuldade na roça, hoje, é a mão de obra. Eu não encontro pessoas para trabalhar e, quando encontro, elas não são responsáveis, não vêm todo dia. De repente, um dia, elas não aparecem para trabalhar e me deixam na mão. Isso nos faz considerar até a possibilidade de abandonar a produção leiteira e migrar para a criação de gado de corte. O sujeito não trabalha porque sabe que pode ir até a prefeitura buscar uma cesta básica, e que vai receber os seiscentos reais do auxílio. E aí, os pais fazem isso, e o que vai acontecer com as crianças que nunca viram os pais trabalharem? Quanto à moradia, eles podem fazer um alvará na prefeitura que, eventualmente, uma casa será providenciada para eles. Para essas pessoas, parece fácil viver sem trabalhar. (Agricultor familiar 2)

Ah, é a mão de obra! Ela impede até que a gente produza mais coisas, como verduras e porcos, por exemplo. Acho que a mão de obra está difícil hoje, primeiro porque o trabalho braçal valorizou muito. Na época que comecei, a gente considerava, eu não esqueço disso, que não existia uma exigência para que o funcionário rural ganhasse salário mínimo, não existia carteira assinada. Então, o dia de serviço da pessoa que trabalhava

na roça era calculado em 10 kg de fubá, era baseado mais ou menos nisso. Depois, com o aumento da produção de leite na região, o dia passou a valer 10 litros de leite. Outra coisa, a pessoa criava muitos porcos e o dia de trabalho também podia valer 2 kg de toucinho. Agora, imagine bem hoje para onde que foram esses valores de mão de obra, porque hoje, se a gente quer manter a atividade na zona rural, pode estar ciente de que tem que ser no mínimo o salário mínimo. Se não for uma coisa clandestina, você dura alguns dias, mas logo vêm problemas. Às vezes, quem aceita trabalhar de forma clandestina é uma pessoa que tem deficiência, que já recebe um LOAS e quer ganhar mais alguma coisinha. Uma pessoa que não vai render o esperado. Então, o Estado vem em cima procurando quem está explorando essa pessoa e, na verdade, isso não é uma exploração. Na verdade, essa é uma pessoa que não rende satisfatoriamente, por isso se sujeita a ficar ali. Por isso, a gente não tem como aceitar mais esse tipo de gente trabalhando na nossa propriedade. E tem também o êxodo rural. Eles acham que a vida na cidade é melhor, mas não é! Há problemas lá como aqui, e os que sobram, o foco deles não é mais trabalhar, é receber o LOAS, receber o salário-família, nem querem trabalhar. Na minha época, quando não tinha esses auxílios, não faltava porque, se não trabalhasse, ficava na miséria. Hoje, eles não trabalham. Outro dia, vi nas estatísticas que havia trinta milhões de brasileiros desempregados procurando serviço. Mas você sai por toda a região aqui procurando trabalhador e não acha nenhum, porque ninguém quer serviço. Mesmo pagando todos os direitos da carteira assinada, ele tirando um salário de dois mil reais. (Agricultor familiar 1)

No entanto, tal percepção pode revelar um entendimento parcial e descontextualizado da situação. Ao responsabilizar os auxílios governamentais pela falta de mão de obra, esses produtores podem estar desconsiderando outros fatores complexos que contribuem para essa realidade.

Entre esses fatores, podemos citar a precarização e a falta de direitos trabalhistas no campo, a migração de trabalhadores rurais para centros urbanos em busca de melhores oportunidades e a ausência de políticas públicas efetivas de desenvolvimento rural sustentável. Além disso, a própria dinâmica do agronegócio, com seu modelo de produção intensiva e dependente de tecnologia, pode contribuir para a redução da necessidade de mão de obra no campo.

Assim, enquanto os pequenos produtores se percebem como parte do agronegócio e responsabilizam os auxílios governamentais pela falta de trabalhadores, na realidade eles estão inseridos em um sistema complexo que desvaloriza a mão de obra rural e prioriza um modelo de produção que os exclui. Esse é mais um exemplo de "ideias fora do lugar", onde a ideologia imposta pelo agronegócio e as realidades materiais da agricultura familiar entram em conflito.

A moralização da falta de mão de obra no campo representa, de fato, uma maneira dos pequenos produtores contabilizarem e explicarem suas dificuldades materiais, se prendendo a explicações nativas.

Uma sociedade que, como a sociedade camponesa, atribui-se o dever de dar trabalho a todos os seus membros, que, ignorando a noção de trabalho produtivo ou lucrativo e, ao mesmo tempo, a raridade do trabalho, exclui a consciência do desemprego, pode estimar a possibilidade de que sempre haverá algo a fazer para quem quer fazer alguma coisa e tratar o trabalho como um dever social e a ociosidade como uma falta moral. (BOURDIEU, 2021, p.76)

Porém, ao adotarem esse discurso, eles acabam replicando uma narrativa alinhada aos interesses do grande agronegócio, mesmo que suas condições materiais estejam muito distantes da realidade desses grandes produtores.

Essa percepção moralista sobre os auxílios governamentais e a suposta relutância dos trabalhadores em trabalhar também desvia o foco das questões estruturais que perpetuam as desigualdades no campo. Em vez de reivindicarem políticas públicas que os apoiam e reconhecem a importância da agricultura familiar, esses pequenos produtores acabam apontando para os supostos vícios morais dos trabalhadores.

Esse é um claro exemplo de como o desajuste entre a condição ideológica e a materialidade dos pequenos produtores rurais pode ser prejudicial. Alinhando-se ideologicamente ao grande agronegócio, eles deixam de demandar por políticas públicas adequadas à sua realidade e acabam se prejudicando. Eles

jogam a culpa no laxismo" dos trabalhadores, quando na verdade deveriam pressionar o governo por medidas que auxiliem na superação dos desafios concretos que enfrentam.

Em suma, os pequenos produtores rurais, ao se identificarem com o agronegócio e adotarem sua narrativa, acabam reproduzindo um discurso que não reflete suas realidades e necessidades. Eles acabam contribuindo para perpetuar um sistema que os exclui e os mantém à margem. Essa desconexão entre o que eles pensam e o que eles vivem é um exemplo prático do conceito de "ideias fora do lugar" proposto por Roberto Schwarz.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização do campo brasileiro provocou profundas transformações sociopolíticas e econômicas, redefinindo as estruturas e identidades da agricultura. Contudo, esse processo não se deu de maneira uniforme, resultando em um cenário complexo no qual convivem diferentes formas de agricultura, cada uma com suas próprias realidades e desafios.

Os agricultores familiares, especificamente, encontram-se em uma espécie de dilema. Eles se veem compelidos a se adaptar a um ambiente predominantemente moldado pela lógica e práticas do agronegócio, mesmo que isso signifique desafiar sua própria identidade e interesses. Apesar de se alinharem a este modelo produtivo, experienciam um marcante desajuste entre sua condição ideológica e material, revelando um paradoxo incômodo.

Ao se alinharem com o agronegócio, esses produtores rurais acabam, paradoxalmente, prejudicando a si próprios. Ao atribuírem a falta de mão de obra a questões morais e assistencialismo governamental, evitam cobrar do governo políticas mais efetivas de apoio e assistência. Isso evidencia um desajuste ideológico-material, uma vez que suas convicções ideológicas estão desalinhadas das suas necessidades materiais concretas.

A conclusão que se tira dessa análise é a de que a complexidade da modernização agrícola e o papel dos discursos dominantes nesse processo exigem uma reflexão mais aprofundada. Ao compreender as lutas e as formas de adaptação desses pequenos agricultores às pressões do agronegócio, é possível trabalhar para desenvolver políticas agrícolas mais inclusivas e sustentáveis, que realmente atendam às necessidades desses produtores, ao invés de apenas perpetuar os desajustes que hoje observamos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Um convite à sociologia reflexiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, P. **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- BOURDIEU, P. **Sociologia Geral: Estudo do Capital**. São Paulo: Editora Vozes, 2019.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia Política, v.35, n.1, p.203-220, 2015.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. **Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, p. 159 a 196, outubro de 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa. **Cidades, Lima Duarte**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 30 de junho de 2023.
- ROBERTO. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Editora 34, 2021.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro.**
Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.